



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

25/01/2019 ATÉ 25/01/2019

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	2
	2.2 BLOG MAURICIO SANTOS.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	4
	3.2 BLOG DA KELLY.....	5
	3.3 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	6
	3.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	7
	3.5 SITE É MARANHÃO.....	8

Prorrogação de mandato aprovada pelo TJ do Maranhão contraria Loman

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram, nessa quarta-feira 23, em unanimidade, um projeto de lei que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora da Corte estadual. Para passar a valer, a mudança ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Flávio Dino (PCdoB).

Pelo texto atual, o pleito deve ser realizado na primeira quarta-feira do mês de outubro em anos ímpares, e a posse dos eleitos na terceira sexta-feira do mês de dezembro do ano da eleição. Na nova redação, segundo divulgado pelo próprio tribunal, a eleição passará a ocorrer na última sessão plenária do mês de dezembro dos anos ímpares, e a posse na última sexta-feira do mês de abril do ano subseqüente ao da eleição.

O aumento de prazo da cúpula do Judiciário maranhense no poder, porém, é contraria a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Segundo o estabelecido no artigo 102 da Loman, o prazo para o exercício dos mandatos dos membros de cargos de direção dos tribunais é de apenas dois anos, sem possibilidade de que algum ato normativo preveja em sentido contrário.

Neste sentido, inclusive, no ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) barrou tentativa semelhante do Tribunal de Justiça do Piauí, quando os magistrados piauienses aprovaram o aumento do prazo do mandato do presidente da Corte, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça em mais sete meses.

Como de lá para cá não houve mudança na Loman, o mesmo deve acontecer agora no Maranhão, derrubando a pretensão dos desembargadores maranhenses que votaram pela ilegalidade.

Atualmente, compõem a Mesa Diretora do TJ maranhense os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça).

Outro lado

Questionado pelo ATUAL7 sobre a aprovação do projeto de lei, se por alguma previsão de mudança na Loman ou se por desconhecimento dos desembargadores sobre o prevê a norma da magistratura, o Tribunal de Justiça do Maranhão disse, por meio de sua assessoria, que não houve ilegalidade.

"O mandato foi estendido por efeitos legais. O projeto de lei foi aprovado por unanimidade", defendeu.

Davinópolis: TJ nega habeas corpus a vice acusado de mandar matar prefeito

Gilberto Leda-

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negou hoje (23) um habeas corpus impetrado pela defesa do vice-prefeito de Davinópolis, José Rubem Firmo (PCdoB), o Rubem Lava Jato.

Ele está preso desde o fim do ano passado, acusado de ser um dos mandantes da morte do prefeito da cidade, Ivanildo Paiva .

Lava Jato foi inicialmente preso temporariamente, quando, então, seus defensores protocolaram o HC.

Ocorre que, no dia 9 de janeiro, a temporária foi convertida em prisão preventiva, e o pedido do vice-prefeito acabou perdendo objeto, segundo o magistrado que analisou o caso.

"Observo que os motivos que ensejaram a impetração deste mandamus não mais subsistem, sendo forçoso reconhecer sua prejudicialidade, ante a superveniência do decreto de prisão preventiva, a qual constitui novo título prisional. Com essas considerações, julgo monocraticamente prejudicado o presente habeas corpus, por perda superveniente de objeto", despachou.

Baixe aquiBaixe aqui a íntegra da decisão.

Aprovado projeto de lei que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora do TJMA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram nesta quarta-feira (23) - em sessão plenária extraordinária administrativa conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo - o Projeto de Lei que altera o caput e o parágrafo 3º do artigo 21 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão).

Pela nova redação da referida lei, por maioria dos seus membros efetivos e por votação secreta, o Plenário do Tribunal de Justiça elegerá o presidente da Corte, o vice-presidente, e o corregedor-geral da Justiça dentre seus juízes mais antigos, em número correspondente aos dos cargos de direção, para mandato de dois anos, proibida a reeleição. A eleição ocorre na última sessão plenária do mês de dezembro dos anos ímpares.

A posse dos eleitos - que será realizada em sessão solene do Plenário da Corte - ocorrerá na última sexta-feira do mês de abril do ano subsequente ao da eleição.

O projeto de lei será agora encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão e, após aprovação pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado do Maranhão

O post Aprovado projeto de lei que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora do TJMA apareceu primeiro em Blog do Djalma Rodrigues.

Mudança na eleição do TJ-MA

Aprovado projeto de lei que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora do TJMA.

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram nesta quarta-feira (23) – em sessão plenária extraordinária administrativa conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo – o Projeto de Lei que altera o caput e o parágrafo 3º do artigo 21 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão).

Pela nova redação da referida lei, por maioria dos seus membros efetivos e por votação secreta, o Plenário do Tribunal de Justiça elegerá o presidente da Corte, o vice-presidente, e o corregedor-geral da Justiça dentre seus juízes mais antigos, em número correspondente aos dos cargos de direção, para mandato de dois anos, proibida a reeleição. A eleição ocorre na última sessão plenária do mês de dezembro dos anos ímpares.

A posse dos eleitos – que será realizada em sessão solene do Plenário da Corte – ocorrerá na última sexta-feira do mês de abril do ano subsequente ao da eleição.

O projeto de lei será agora encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão e, após aprovação pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado do Maranhão.

Defensor-geral faz balanço de seis meses de gestão

Diversas ações implementadas pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), no ano de 2018, resultaram em importantes avanços para a instituição. As melhorias na prestação de serviços à população foram alcançadas graças à adoção de diretrizes como a priorização da solução administrativa de conflitos, ao fortalecimento de atuações voltadas ao cidadão e às comunidades e à reestruturação institucional com foco na economicidade.

De acordo com o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, que está há seis meses à frente da Defensoria maranhense, a proposta da Administração foi implementar uma gestão estratégica com práticas e objetivos que promovessem uma grande mudança na instituição, considerando a realidade da DPE e o cenário de crise no país. "Nos propomos a realizar uma reestruturação da Defensoria nos mais diversos âmbitos. Para isso, adotamos medidas simples e, ao mesmo tempo, ousadas que alcançaram um retorno considerável nesses primeiros meses de gestão", explicou.

Mais qualidade no atendimento

Tendo como objetivo promover o acesso da população aos seus direitos de forma mais célere e mais resolutiva, a gestão priorizou ações e objetivos voltados ao fomento da solução administrativa de conflitos.

Logo nos primeiros meses da nova gestão, foi instalado um Núcleo de Conciliação em sua sede para fomentar a composição de acordos extrajudiciais. Além disso, foi assinado o Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), para possibilitar a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais na área de família, com imediata formulação de pedido judicial. A iniciativa faz parte do projeto Conciliar: rapidez e eficiência no acesso à justiça. Em São Luís, de outubro a dezembro foram resolvidos 135 casos, o que representa uma solução de quase 90% dos conflitos de forma extrajudicial.

Com a realização do treinamento do Sistema Cartórios Maranhão, também foi possível capacitar defensores públicos e servidores para o adequado uso da ferramenta eletrônica de envio e recebimento de segundas-vias e de certidões, facilitando o atendimento dos assistidos, que não precisarão mais se deslocar até os cartórios em busca de documentos.

A realização de importantes projetos também contribuiu para a apresentação de soluções mais céleres às demandas da população. Um deles foi o projeto "Pais e Filhos - reconhecer é um ato de amor", que possibilitou 82 reconhecimentos espontâneos de paternidade em escolas públicas da capital.

Além dessa iniciativa, a Administração retomou parceria com a Fiema e o SESI/MA para executar o projeto "Ser pai é legal - versão 2018", que possibilitará a oferta de 180 exames de DNA gratuitos para o reconhecimento voluntário de paternidade, evitando assim a judicialização da demanda. Em virtude da parceria, a instituição economizou o valor de R\$ 96 mil reais, que já estavam destinados no orçamento para o pagamento de exames de DNA.

Para oferecer um melhor atendimento às pessoas, a gestão buscou também a modernização dos sistemas eletrônicos. Com a implantação do SGA e readequações acerca do horário de iniciar os atendimentos, em julho de 2018, foi registrada uma redução de 62% na fila de espera. Com isso, o tempo compreendido entre a chegada do assistido na Defensoria e a conclusão do seu atendimento passou de 2h40 para 1h30 no primeiro mês de operação do sistema. Além disso, a ferramenta também possibilitou o acompanhamento setorizado do atendimento da pessoa assistida, monitorar o tempo e os números de atendimentos de cada setor.

Ainda nessa seara, a Defensoria também realizou a campanha digital de conscientização sobre o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), contribuindo para a maior visibilidade do benefício garantido por lei para custear deslocamento, hospedagem e alimentação do paciente e, em alguns casos, do acompanhante.

DPE mais próxima do cidadão

Para garantir uma maior proximidade com o cidadão, também foram promovidas ações sociais em 19 comunidades em seis meses de gestão, por meio do projeto Defensoria na comunidade. Desse total, quatro

comunidades estavam localizadas no interior do estado: Açailândia, São Francisco do Brejão, Davinópolis e Imperatriz. Foi a primeira vez que o ônibus-escritório da Defensoria deixou a capital e atravessou o Maranhão para atender municípios que não integram a região metropolitana.

Além de levar atendimento às comunidades, por meio do ônibus-escritório, a gestão lançou o Defensoria na escola para promover a educação em direitos com a realização de palestras e reuniões. No total, oito instituições de ensino foram beneficiadas. Com esse mesmo foco de conscientizar o cidadão sobre seus direitos, criou o quadro Fala Defensor, na Rádio Mirante, que leva um defensor a cada 15 dias para esclarecer sobre áreas de atuação da Defensoria.

Economicidade

A Defensoria atua em apenas 30% das comarcas do Estado, por isso, faz-se necessário a implementação de medidas que visem sua expansão de forma menos onerosa aos cofres públicos. Dentre as ações, está o projeto de construção de núcleos regionais em contêineres com energia proveniente de placas solares, que apresentam vantagens como economia de recursos naturais e agilidade da construção, durabilidade e baixo custo de manutenção, bem como o melhor aproveitamento do espaço físico e o reuso da água.

Também para garantir a economia de recursos, foi idealizado o projeto Consumo Consciente, que estimula a adoção de práticas sustentáveis e voltadas a reduzir os gastos. No primeiro mês da campanha, foi registrada uma redução de 11,9%, equivalente a R\$ 8.268,14, nos custos referentes ao consumo de água, energia elétrica, ligações telefônicas, serviços de Correios e material de expediente, incluindo Papel A4 e copos descartáveis de água e café.

Ainda visando a economicidade, a instituição também foi a pioneira no estado a contratar, por meio de licitação, sistema de transporte individual de passageiro acionado por aplicativo, para atender às necessidades de deslocamento de defensores públicos e servidores, principalmente, no período da noite, durante a vigência dos plantões.

Aumento da arrecadação

Para viabilizar as diversas mudanças que estão sendo implementadas, a Administração também se preocupou em buscar novas receitas. Com a articulação junto ao Legislativo, cerca de R\$ 2,3 mi foram destinados à DPE/MA, por meio de emendas parlamentares asseguradas por deputados estaduais e federais, além de um senador da bancada maranhense no Congresso Nacional.

Importantes convênios com instituições como o Ministério dos Direitos Humanos e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) também garantiram o reforço da atuação em áreas específicas. Somente em 2018, foram conseguidos recursos na ordem de R\$ 1,4 mi para investimento nos núcleos de defesa da Mulher e População LGBT, de Execução Penal e da Criança e do Adolescente.

Melhorias estruturais

Encontra-se em andamento a alteração dos atuais sistemas de atendimento (SAGAP e SIAPD), que utiliza recursos de integração com sistemas judiciais eletrônicos.

Defensor-geral faz balanço de seis meses de gestão

Diversas ações implementadas pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), no ano de 2018, resultaram em importantes avanços para a instituição. As melhorias na prestação de serviços à população foram alcançadas graças à adoção de diretrizes como a priorização da solução administrativa de conflitos, ao fortalecimento de atuações voltadas ao cidadão e às comunidades e à reestruturação institucional com foco na economicidade.

De acordo com o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, que está há seis meses à frente da Defensoria maranhense, a proposta da Administração foi implementar uma gestão estratégica com práticas e objetivos que promovessem uma grande mudança na instituição, considerando a realidade da DPE e o cenário de crise no país. “Nos propomos a realizar uma reestruturação da Defensoria nos mais diversos âmbitos. Para isso, adotamos medidas simples e, ao mesmo tempo, ousadas que alcançaram um retorno considerável nesses primeiros meses de gestão”, explicou.

Mais qualidade no atendimento

Tendo como objetivo promover o acesso da população aos seus direitos de forma mais célere e mais resolutiva, a gestão priorizou ações e objetivos voltados ao fomento da solução administrativa de conflitos.

Logo nos primeiros meses da nova gestão, foi instalado um Núcleo de Conciliação em sua sede para fomentar a composição de acordos extrajudiciais. Além disso, foi assinado o Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), para possibilitar a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais na área de família, com imediata formulação de pedido judicial. A iniciativa faz parte do projeto Conciliar: rapidez e eficiência no acesso à justiça. Em São Luís, de outubro a dezembro foram resolvidos 135 casos, o que representa uma solução de quase 90% dos conflitos de forma extrajudicial.

Com a realização do treinamento do Sistema Cartórios Maranhão, também foi possível capacitar defensores públicos e servidores para o adequado uso da ferramenta eletrônica de envio e recebimento de segundas-vias e de certidões, facilitando o atendimento dos assistidos, que não precisarão mais se deslocar até os cartórios em busca de documentos.

A realização de importantes projetos também contribuiu para a apresentação de soluções mais céleres às demandas da população. Um deles foi o projeto “Pais e Filhos - reconhecer é um ato de amor”, que possibilitou 82 reconhecimentos espontâneos de paternidade em escolas públicas da capital.

Além dessa iniciativa, a Administração retomou parceria com a Fiema e o SESI/MA para executar o projeto “Ser pai é legal - versão 2018”, que possibilitará a oferta de 180 exames de DNA gratuitos para o reconhecimento voluntário de paternidade, evitando assim a judicialização da demanda. Em virtude da parceria, a instituição economizou o valor de R\$ 96 mil reais, que já estavam destinados no orçamento para o pagamento de exames de DNA.

Para oferecer um melhor atendimento às pessoas, a gestão buscou também a modernização dos sistemas eletrônicos. Com a implantação do SGA e readequações acerca do horário de iniciar os atendimentos, em julho de 2018, foi registrada uma redução de 62% na fila de espera. Com isso, o tempo compreendido entre a chegada do assistido na Defensoria e a conclusão do seu atendimento passou de 2h40 para 1h30 no primeiro mês de operação do sistema. Além disso, a ferramenta também possibilitou o acompanhamento setorizado do atendimento da pessoa assistida, monitorar o tempo e os números de atendimentos de cada setor.

Ainda nessa seara, a Defensoria também realizou a campanha digital de conscientização sobre o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), contribuindo para a maior visibilidade do benefício garantido por lei para custear deslocamento, hospedagem e alimentação do paciente e, em alguns casos, do acompanhante.

DPE mais próxima do cidadão

Para garantir uma maior proximidade com o cidadão, também foram promovidas ações sociais em 19 comunidades em seis meses de gestão, por meio do projeto Defensoria na comunidade. Desse total, quatro comunidades estavam localizadas no interior do estado: Açailândia, São Francisco do Brejão, Davinópolis e

Imperatriz. Foi a primeira vez que o ônibus-escritório da Defensoria deixou a capital e atravessou o Maranhão para atender municípios que não integram a região metropolitana.

Além de levar atendimento às comunidades, por meio do ônibus-escritório, a gestão lançou o Defensoria na escola para promover a educação em direitos com a realização de palestras e reuniões. No total, oito instituições de ensino foram beneficiadas. Com esse mesmo foco de conscientizar o cidadão sobre seus direitos, criou o quadro Fala Defensor, na Rádio Mirante, que leva um defensor a cada 15 dias para esclarecer sobre áreas de atuação da Defensoria.

Economicidade

A Defensoria atua em apenas 30% das comarcas do Estado, por isso, faz-se necessário a implementação de medidas que visem sua expansão de forma menos onerosa aos cofres públicos. Dentre as ações, está o projeto de construção de núcleos regionais em contêineres com energia proveniente de placas solares, que apresentam vantagens como economia de recursos naturais e agilidade da construção, durabilidade e baixo custo de manutenção, bem como o melhor aproveitamento do espaço físico e o reuso da água.

Também para garantir a economia de recursos, foi idealizado o projeto Consumo Consciente, que estimula a adoção de práticas sustentáveis e voltadas a reduzir os gastos. No primeiro mês da campanha, foi registrada uma redução de 11,9%, equivalente a R\$ 8.268,14, nos custos referentes ao consumo de água, energia elétrica, ligações telefônicas, serviços de Correios e material de expediente, incluindo Papel A4 e copos descartáveis de água e café.

Ainda visando a economicidade, a instituição também foi a pioneira no estado a contratar, por meio de licitação, sistema de transporte individual de passageiro acionado por aplicativo, para atender às necessidades de deslocamento de defensores públicos e servidores, principalmente, no período da noite, durante a vigência dos plantões.

Aumento da arrecadação

Continue lendo no

link: <http://www.blogdomauriciosantos.com.br/2019/01/defensor-geral-faz-balanco-de-seis.html>

Juízes convocados no Tribunal

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, em Sessão Plenária Administrativa Extraordinária realizada quarta-feira, sete juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, que deverão compor quórum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador. Foram sorteados os magistrados Isabella de Amorim Parga, Marco Antônio Netto Teixeira, Mário Prazeres Neto, Reinaldo de Jesus Araújo, Hélio de Araújo Carvalho Filho, José Edilson Caridade Ribeiro e Ailton Castro Aires (2º suplente).

Davinópolis: Vice acusado de mandar matar prefeito tem habeas corpus negado

O prefeito afastado da cidade de Davinópolis, José Rubem Firmo, conhecido como Rubem Lava Jato, preso no fim de 2018, acusado de ter sido o mandante do assassinato do prefeito da cidade, Ivanildo Paiva, executado no início de novembro, tentou um habeas corpus, mas não logrou êxito.

O habeas corpus foi negado pela 2ª Câmara Criminal, através de uma decisão monocrática do desembargador José Luiz Oliveira Almeida. [Clique aqui para ter acesso ao habeas corpus.](#)

A Polícia Civil do Maranhão assegura que por conta de dívidas e acordos descumpridos, o então vice-prefeito Rubem Lava Jato teria ordenado a morte de Ivanildo Paiva. Com a prisão de Rubem, a polícia considerou o caso elucidado.